

Ecosocialismo e decrescimento: as críticas e os projetos anti-capitalistas para saída da crise ecológica

Ecosocialism and degrowth: the criticism and anti-capitalist projects to get out of the ecological crisis

Michael Gonçalves Cordeiro*
Adriana Lucinda de Oliveira**
Gláucia Lélis Alves***

Resumo: No presente artigo pretendemos discutir com as teorias e projetos ecosocialistas e do decrescimento, duas perspectivas que buscam conjugar a crítica radical ao sistema capitalista e a sua lógica intrínseca de destruição do meio ambiente, com um projeto de sociedade sustentável, assentado em um outro padrão de civilização. Optamos por nos valer centralmente das produções dos dois principais autores destas duas correntes com incidência no pensamento social brasileiro: o marxista brasileiro radicado na França Michael Löwy e o francês Serge Latouche, respectivamente expoentes do ecosocialismo e do decrescimento. Buscamos tanto debater criticamente os principais argumentos de crítica a lógica destrutiva do capital e os respectivos projetos societários, assim como apontar as articulações existentes e possíveis em ambas as perspectivas.

Palavras-chave: Meio ambiente. Ecosocialismo. Decrescimento. Projeto societário. Crise ecológica.

Abstract: In this article, we intend to discuss, using ecosocialist and degrowth theories and projects, two perspectives that seek to combine the radical critique of the capitalist system and its intrinsic logic of destruction of the environment, with a sustainable society project, based on another pattern of civilization. We chose to use centrally the productions of the two main authors of these two currents with an impact on Brazilian social thought:

* Mestrando em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar pela mesma instituição. Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Prefeitura Municipal de Garuva/SC. E-mail: michaelcordeiro016@gmail.com.

** Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Blumenau (FURB) e em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bacharel em Serviço Social pela UFSC. É docente titular do curso de Serviço Social da UFPR e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. E-mail: adrilucinda@gmail.com.

*** Doutora e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Professora adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: glelissas@yahoo.com.br.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

the Brazilian Marxist living in France Michael Löwy and the French Serge Latouche, respectively exponents of ecosocialism and degrowth. We seek critically debate the main arguments of criticism of the destructive logic of capital and the respective societal projects, as well as to point out the existing and possible articulations in both perspectives.

Keywords: Environment. Ecosocialism. Degrowth. Societal projects. Ecological crisis.

Recebido em: 13/03/2023. Aceito em: 03/08/2023

INTRODUÇÃO

A crise ecológica atual, intensificada pelo menos desde a década de 1970, possui uma dinâmica multicausal e de efeitos diversos, muitos ainda desconhecidos em sua existência, outros em sua profundidade e extensão. Trata-se de uma crise global que desafia as fronteiras existentes entre os países e soluções que se limitam a estas fronteiras. Apesar do caráter global da crise, ela não afeta de maneira homogênea as diferentes regiões do planeta, se expressando de modo particular entre os países centrais e periféricos, e entre os diversos grupos sociais, povos, tradições e culturas.

Como já é conhecimento comum nos estudos sobre o meio ambiente e do desenvolvimento, a partir dos anos 1980 pesquisadores passaram a utilizar o conceito de Antropoceno para definir esta nova época como a que os efeitos da humanidade estariam afetando de maneira global o planeta, imprimindo uma nova era geológica. Dentre as mudanças que vêm sendo produzidas, tem-se aquelas relativas ao clima, a perda de ozônio estratosférico, a acidificação dos oceanos, os ciclos biogeoquímicos de nitrogênio e fósforo, as mudanças na integridade da biosfera, no uso do solo e dos recursos hídricos, na carga de partículas de aerossóis na atmosfera, além da introdução de novas entidades e da poluição química (ARTAXO, 2015).

Indicadores do tamanho da crise em que estamos atolados e afundando progressiva e rapidamente são os resultados da primeira parte do Sexto Relatório de Avaliação (AR6), *Mudança Climática 2021: A Base da Ciência Física*, do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), publicada em 2021. Desde 2011, segundo o relatório, as concentrações de gases do efeito estufa continuam a aumentar, chegando em 2019 a média anual de 410 partes por milhão (ppm) de dióxido de carbono (CO₂), 1866 partes por bilhão (ppb) para metano (CH₄) e 332 ppb para óxido nitroso (N₂O). Cada uma das últimas quatro décadas foi sucessivamente mais quente que qualquer década anterior à 1850 segundo os resultados apresentados e em 2011-2020 a temperatura da superfície global foi 1,09°C maior do que 1850-1900, sendo que os gases do efeito estufa são o principal motor do aquecimento troposférico desde 1979.

As projeções futuras indicam que a temperatura da superfície global continuará aumentando até pelo menos meados do século em todos os cenários de emissões considerados. Mesmo em um cenário de emissões muito baixo, é provável que a temperatura média da superfície global entre 2081-2100 seja mais alta em 1,0°C a 1,8°C em comparação com 1850-1900. Em um cenário de emissões muito altas, as projeções são de 3,3°C a 5,7°C (IPCC, 2021).

As consequências catastróficas destas e outras mudanças que os dados acima são expressão, tornam-se cada vez mais presentes no cotidiano da população. Amostra mais recente são as fortes chuvas que implicaram no alagamento do sul da Bahia, resultando em dezenas de mortos e milhares de pessoas desabrigadas (cf. MONCAU, 2021) e o mesmo fenômeno em Recife, capital do estado de Pernambuco, cidade que é apontada pelo IPCC como uma das vinte cidades mais vulneráveis aos efeitos da mudança do clima no mundo (GREENPEACE BRASIL, 2022). É evidente que apesar de sentidos e percebidos imediatamente, estes acontecimentos não são tão diretamente ligados na consciência da população aos fatores das mudanças climáticas.

Buscando enfrentar esta realidade global em desenvolvimento, ações têm sido realizadas por organizações internacionais e uma parcela das nações do mundo. Estas ações iniciam-se formalmente a partir da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Ambiente Humano em Estocolmo na Suécia em 1972. No mesmo ano é criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para coordenação de ações internacionais para proteção ambiental. Em 1987 advém o *Relatório Brundtland*, que coloca no centro o conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1992 ocorreu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), conhecida como ECO-92. Desta resultaram protocolos para enfrentamento da crise, dentre os quais a Agenda 21 Global assume destaque. Em 2000 a Assembleia Geral da ONU estabeleceu os oito “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio” (ODM), contendo a sustentabilidade ambiental entre seus objetivos. Em 2010, advém a Declaração de Johannesburgo, pelo Rio+10. Por fim, em 2012 ocorreu a Conferência Rio+20. A partir dela, uma nova agenda foi estabelecida em 2015, a “Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, que estabeleceu 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Outro instrumento internacional criado para enfrentamento da crise ambiental é a Conferência das Partes (COP), vinculado à Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), tratado internacional resultante da Conferência de 1992 no Rio de Janeiro, dos quais reúnem-se anualmente para analisar o progresso na implementação da Convenção. Em 2015 ocorreu a COP-21 em Paris, do qual resultou no “Acordo de Paris”, que definiu medidas para redução dos efeitos das mudanças climáticas. Foi a primeira vez na história que 195 chefes de Estado se reuniram para discutir uma resolução comum, daí a particularidade desta Conferência e a importância do acordo.

No entanto, diferentes autores e correntes teóricas que debatem a questão ambiental e a crise ecológica (veremos duas neste artigo) têm apontado para os limites destas ações propostas pelos organismos internacionais. A ausência de crítica ao sistema capitalista e sua lógica intrínseca e necessária de reprodução desta crise está no centro das razões apontadas para estes limites.

Neste artigo, propomos a reflexão a partir de duas perspectivas teóricas e projetos de sociedade que buscam conjugar a crítica radical ao sistema capitalista e a sua lógica intrínseca de destruição do meio ambiente, com um projeto de sociedade sustentável, assentado em um outro padrão de civilização. Tratam-se das teorias e projetos ecosocialistas, das quais compõem o amplo campo da tradição marxista, e do projeto da corrente ecológica e de desenvolvimento do decrescimento.

Para isso, optamos por pesquisa bibliográfica (MAY, 2004), nos valendo centralmente das produções dos dois principais autores destas duas correntes com incidência no pensamento social brasileiro: o marxista brasileiro radicado na França Michael Löwy e o francês Serge Latouche, respectivamente expoentes do ecosocialismo e do decrescimento - sem, com isso, excluir demais contribuições importantes para compreensão de ambas as perspectivas.

Além desta introdução e das considerações finais, o texto está dividido em capítulo sobre o ecossocialismo, em que conjuga-se a crítica ao capitalismo com o seu projeto de superação, salientando a particular incorporação do legado marxiano, e um outro capítulo acerca do decrescimento, seguindo o mesmo método de exposição (MARX, 2011) do capítulo anterior e visando dialogar com este, buscando pontos de contato e dissidência.

Esperamos com este trabalho propiciar uma abertura maior às teorias e projetos radicais (anti-capitalistas), dos quais inclui-se o ecossocialismo e o decrescimento, caminhando para superação ao menos teórica das alternativas não anti-sistêmicas à crise ecológicas, ainda pautadas na concepção de desenvolvimento sustentável nos marcos do sistema capitalista e nos limites das proposições dos organismos internacionais.

A crítica e o projeto ecossocialista

Em obra publicada pela primeira vez em 1983, o conhecido historiador marxista Perry Anderson dizia em suas últimas páginas que no interior da tradição marxista o movimento ecológico - ao lado do movimento feminista - era uma das principais iniciativas ocorridas nos últimos anos no sentido da aproximação entre discursos institucionais e ideais de transformação, ou seja, de aproximação entre teoria e prática renovadas, destacando a obra de André Gorz.

Desde aquele momento histórico ocorreu uma crescente preocupação ecológica no interior do marxismo, tanto por uma retomada dos escritos de Marx e Engels do ponto de vista dos problemas ambientais, em que poderíamos citar autores de referência como John Bellamy Foster (2005) e a sua obra *A ecologia de Marx: materialismo e natureza* e mais recentemente Kohei Saito (2021) com seu *O ecossocialismo de Karl Marx*, como por aqueles que a partir do legado marxiano buscam investigar criticamente a crise ecológica e as recentes transformações do capital, como na monumental obra de István Mészáros intitulada *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*.

É em meio a este movimento que se evidencia o projeto ecossocialista que, segundo Michael Löwy (2014), é um projeto que tem como base a união entre o “vermelho” da crítica marxista ao capitalismo e do projeto socialista com o “verde” da crítica ecológica ao produtivismo. Este projeto emerge no final do século XX, mais precisamente nos anos 1970, tendo entre seus pioneiros autores de diferentes partes do mundo, como na Espanha com Manuel Sacristán, na Inglaterra com Raymond Williams, na França com André Gorz, nos Estados Unidos com James O’Connor e na Alemanha com Frieder Otto Wolf. Antes disso o ecossocialismo era uma questão no interior da corrente eco-marxista, com inspiração também na ecologia social de Murray Bookchin, em Arne Naess e na crítica ao crescimento de Paul Ariès. Mesmo após o desenvolvimento na década de 1970, o termo ecossocialismo só começa a ser utilizado na década seguinte, a partir da designação com esse nome de uma corrente no partido verde alemão da época. No Brasil, a figura de Chico Mendes é destacada pelo autor como um dos precursores na materialização desta convergência entre socialismo e ecologia¹. Mas a expansão do ecossocialismo como corrente marxista alternativa para a ecologia se dá sobretudo no início do nosso século, com a publicação do Manifesto Ecossocialista Internacional em 2001 e a fundação da Rede Ecossocialista Internacional em 2007. Recentemente, em 2014, ocorreram duas conferências, representativas desta expansão, a Ecossocialista Europeia de Genebra e a Ecossocialista de Quito (LÖWY, 2005; LÖWY; DIAS, 2019).

¹“Por sua articulação entre socialismo e ecologia, reforma agrária e defesa da Amazônia, lutas camponesas e lutas indígenas, a sobrevivência de humildes populações locais e a proteção de um patrimônio da humanidade - a última grande floresta tropical ainda não destruída pelo ‘progresso’ capitalista - o combate de Chico Mendes é um movimento exemplar, que continuará a inspirar novas lutas, não só no Brasil mas em outros países e continentes” (LÖWY, 2014, p. 18).

A incorporação ecosocialista do legado de Marx e Engels

O socialismo e a base teórica do ecosocialismo, portanto, são caudatários do legado de Marx e Engels. Apesar da importância capital dos escritos destes pensadores, não é o propósito deste artigo abordar o papel da ecologia nas suas obras. Visamos tão somente indicar quanto ao modo de apropriação do ecosocialismo pelo legado de Marx e Engels, dos quais identificamos ao menos duas influências fundamentais: a crítica ao capitalismo e o projeto socialista.

Em relação à primeira influência - a análise e a crítica ao modo de produção capitalista -, é preciso considerar que o ecosocialismo de Löwy trabalha a partir de uma visão crítica do contributo do pensamento de Marx e Engels à ecologia e os desafios ecológicos do século XXI. Em outros termos, busca-se, de certo modo, realizar um balanço dos precursores da tradição marxista no que diz respeito direta ou indiretamente à ecologia, rechaçando uma leitura dogmática das suas obras. Para Löwy, o pensamento de Marx e Engels possui uma contradição “entre o credo produtivista de certos textos e a intuição de que o progresso pode ser a fonte da destruição irreversível do meio ambiente” (LÖWY, 2014, p. 37), e é preciso reconhecer esta contradição para construção de um ecosocialismo à altura da crise atual.

Inicialmente é preciso considerar que, na interpretação de Löwy (2005, p. 19), “os temas ecológicos não ocupam um lugar central no dispositivo teórico marxiano” e que os seus escritos sobre o tema, pelo seu caráter plurívoco, podem e são objeto de diferentes interpretações. Na análise de Löwy (2005, p. 24; LÖWY, 2002, p. 123), figuram em Marx e Engels “uma postura pouco crítica a respeito do sistema de produção industrial criado pelo capital e uma tendência a fazer do ‘desenvolvimento das forças produtivas’ o principal vetor do progresso”, tendo momentos da sua obra um certo teor evolucionista, adeptos de uma filosofia do progresso, de um cientificismo e posição acrítica diante das forças produtivas. Esta posição tem expressão, por exemplo, na “admiração muito pouco crítica de Marx pela obra ‘civilizatória’ da produção capitalista e por sua instrumentalização brutal da natureza” (LÖWY, 2005, p. 24-5; LÖWY, 2002, p. 123). É importante frisar que o ponto central da crítica é a ausência da noção dos limites naturais do desenvolvimento das forças produtivas na obra de Marx e Engels.²

Em relação à influência do projeto de uma sociedade socialista assentada na superação do capitalismo, mantendo a linha crítica, Löwy (2005, p. 33) afirma que Marx e Engels “parecem com frequência conceber a produção socialista simplesmente como a apropriação coletiva das forças e dos meios de produção desenvolvidos pelo capitalismo”, resultando em “um tipo de continuidade substancial entre o aparelho produtivo capitalista e o socialista”. Como resultado, o problema do meio ambiente é excluído desta concepção de transição ao socialismo.

Por outro lado, na obra dos fundadores da tradição marxista é presente a necessidade da insuprimível relação entre a sociedade e a natureza, fundamento de maior importância, mas que aqui só pode ser citado. Além disso, existe na obra de Marx e Engels um tipo de teoria da ruptura do metabolismo entre sociedade e natureza, resultante da lógica produtivista do capital, que aparece de forma fragmentada em diversos momentos das suas obras, notadamente no volume 3 de *O Capital* (LÖWY, 2005).

²No pensamento social brasileiro esta crítica já havia sido feita, por exemplo, por Celso Furtado (2008, p. 76). Segundo o autor, “liquidar as relações sociais próprias ao capitalismo não significa, necessariamente, marchar para uma sociedade igualitária, se se mantém a lógica da acumulação específica da civilização industrial [...] O que explica que as ideologias anticapitalistas, fundadas na ideia mater de acumulação-progresso, hajam operado como linha auxiliar na difusão planetária desses valores [da revolução burguesa]”.

Sem aprofundar, a partir destas premissas, a seguinte conclusão é importante para pensar a constituição do ecossocialismo e o papel do pensamento de Marx e Engels: “falta a Marx e Engels uma perspectiva ecológica de conjunto”, mas que “é impossível pensar em uma ecologia crítica à altura dos desafios contemporâneos sem ter em conta a crítica marxiana da economia política, o questionamento da lógica destrutivista induzida pela acumulação limitada do capital”, negligenciar esta crítica induz a elaborações que não vão além a busca por correções dos excessos do sistema (LÖWY, 2005, p. 37).

Estas indicações são importantes para mostrar não somente a relativa marginalização do problema ecológico na obra de Marx e Engels, mas igualmente no interior da tradição que foi construída a partir das suas elaborações teóricas. Em relação ao conjunto da tradição marxista, o ecossocialismo representa um reconhecimento da importância e a busca de um trato sistemático das questões ecológicas, considerando as contribuições marxianas e do marxismo, porém visando superar “suas escórias produtivistas” no plano teórico e o autoritarismo burocrático no plano prático-político da experiência soviética do socialismo (LÖWY, 2014, p. 44).

A questão ecológica é, na minha visão, o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI. Ela exige dos marxistas uma ruptura radical com a ideologia do progresso linear e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna [...] O calcanhar-de-aquiles do raciocínio de Marx e Engels era, em alguns textos “canônicos”, uma concepção acrítica das forças produtivas capitalistas - ou seja, do aparelho técnico/produtivo capitalista/industrial moderno -, como se elas fossem “neutras” e como se fosse suficiente aos revolucionários socializá-las, substituir sua apropriação privada por uma apropriação coletiva, fazendo-as funcionar em benefício dos trabalhadores e desenvolvendo-as de maneira ilimitada. Creio que seja necessário aplicar no aparelho produtivo moldado pelo capital o mesmo raciocínio que Marx propunha, em *A guerra civil na França* (1871), para o tema do aparelho do Estado: A classe trabalhadora não pode se contentar em tomar tal e qual a máquina do Estado e fazê-la funcionar por sua própria conta”. *Mutatis mutandis*, os trabalhadores não podem se contentar em tomar tal e qual a “máquina” produtiva capitalista e fazê-la funcionar por sua própria conta: eles devem transformá-la radicalmente (LÖWY, 2005, p. 39).

Além da crítica ao capitalismo e do projeto socialista, é possível identificar ainda outro componente essencial do legado marxiano e engelsiano ao ecossocialismo: o método dialético-materialista. É este método que possibilitou a Marx e Engels a crítica da economia política e o desnudamento da lógica do capital, e que possibilita ao ecossocialismo a análise da crise ecológica contemporânea. Exemplo concreto da centralidade do método para as teorias ecossocialistas é nos dada por Löwy e Fernandes (2020, s.p.):

[...] a luta socioecológica é um bom exemplo da necessidade de uma visão marxista dialética da agência individual e coletiva. Isso se traduz em dois níveis: um é a complementaridade entre iniciativas individuais, por exemplo, a alimentação vegetariana, e as mudanças estruturais, como o fim dos subsídios à indústria da carne, ou a defesa da floresta contra a expansão destruidora do gado. Para os ecossocialistas, não se trata de opor uma iniciativa à outra, mas de ganhar os vegetarianos para as lutas sociais. As mobilizações socioecológicas, e um possível processo revolucionário de transição ao ecossocialismo,

não são possíveis sem que os indivíduos, em grande número, se unam a esse combate coletivo

É importante salientar que o método é o fundamento não apenas para análise concreta do movimento da realidade, mas para construção de estratégias de enfrentamento, ou seja, para o projeto ecosocialista. Ainda em relação a isso, o mesmo autor afirma que o “ecosocialismo pode contribuir para a convergência das lutas, ao revelar, *com a ajuda do materialismo histórico*, a íntima relação entre exploração capitalista, racismo, dominação patriarcal e destruição da natureza” (LÖWY; FERNANDES, 2020, s.p. - *grifo nosso*). Na mesma linha, Barreto (2021, p. 218) defende que “no caso das mudanças climáticas, a categoria da totalidade possui, além de centralidade ontológica, uma centralidade prática” dado que “o fenômeno das mudanças climáticas é irremediavelmente global”.

A crítica ecosocialista

O projeto ecosocialista de imbricação do marxismo à ecologia, a partir da revisão crítica das contribuições de Marx e Engels, propõe a substituição do “esquema mecanicista da oposição entre o desenvolvimento das relações de produção que o entravam pela ideia, muito mais fecunda, de uma transformação das forças potencialmente produtivas em forças efetivamente destrutivas” (LÖWY, 2014, p. 49). Segundo James O’Connor (1992), é necessário considerar que além da contradição entre forças produtivas e relações de produção, no capitalismo impera a contradição entre forças produtivas e condições de produção, ou seja, que o capitalismo possui uma dinâmica de auto-destruição pela destruição dos trabalhadores, do espaço urbano e da natureza. O ecomarxista italiano Tiziano Bagarolo (1992 *apud* LÖWY, 2005), por sua vez, sugere uma crítica a apologética do desenvolvimento pela substituição do esquema tradicional da contradição entre forças produtivas e relações de produção pela da transformação das forças potencialmente destrutivas em efetivamente destrutivas (incluindo ao meio ambiente).

Em uma exposição a partir de uma análise mais sistemática das tendências recentes do modo de produção capitalista, o marxista húngaro Mészáros (2011, p. 267) afirma que “com a consumação da ascensão histórica do capital e a ativação dos limites absolutos do sistema [...] o fator destrutivo dos ‘custos totais da produção’ [...] torna-se cada vez mais desproporcional e em última análise proibitivo”. Resulta que, ao contrário de um enunciado *a priori* como os citados anteriormente, trata-se de um fato histórico de passagem da “prática de ‘destruição produtiva’ da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção destrutiva cada vez maior e mais irremediável”. Citamos a posição de Mészáros para demonstrar, por um lado, uma posição que nos parece mais qualificada sobre o problema e, por outro lado, que trata-se de uma questão polêmica no interior da tradição marxista.

Segundo Löwy (2005; LÖWY, 2002), o ecosocialismo está assentado em dois argumentos centrais: o primeiro de que o modo de produção e consumo dos países capitalistas avançados não pode ser expandido para o restante do globo dados os limites naturais existentes³; o segundo de que o desenvolvimento do capitalismo ameaça diretamente a própria existência da espécie humana e do meio ambiente natural. “A racionalidade limitada do mercado capitalista, com o seu cálculo imediatista de perdas e lucros”, defende Löwy (2005, p. 50; LÖWY, 2002, p. 130), “é

³ Novamente encontramos considerações similares já em Furtado (2013, p. 174): “[...] a hipótese de extensão ao conjunto do sistema capitalista das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cênicos não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema”.

intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica, que leva em conta a longa temporalidade dos ciclos naturais”. Conforme indicamos anteriormente, a ignorância em relação a conexão necessária entre produtivismo e capitalismo representa o limite central das principais correntes ecológicas e/ou que pautam um desenvolvimento ecológico no âmbito do capitalismo, resultando em proposições ilusórias ou infundadas, como o enfrentamento da crise ecológica pelo controle dos excessos ou de um capitalismo limpo (ou verde) (LÖWY, 2005; 2009).⁴

Sem repudiar a ideia de desenvolvimento, conforme Fernandes (2020), o ecossocialismo o despedaça, livrando-o de suas facetas capitalistas e coloniais com vistas ao seu enriquecimento com noções qualitativas de uma boa vida. Sendo assim, o projeto ecossocialista vai de encontro às ideologias desenvolvimentistas e produtivistas, inclusive aquelas no interior de círculos socialistas e teorias de esquerda. Ainda segundo a autora, o desenvolvimento dos países periféricos, com vistas ao fim da pobreza, não é um pólo antitético de uma transição energética e de ações climáticas, mas deve estar assentado em um plano de transição socialista, dado o limite do desenvolvimento no interior da lógica capitalista.

O ecossocialismo rechaça igualmente as vias ecocapitalistas ou soluções de economia verde, como um falso caminho, dado que buscam conciliar a mitigação dos impactos ambientais com a maximização dos lucros, ou seja, soluções pela via do mercado. “O resultado”, segundo Fernandes (2020, s.p.), “tem sido um engatinhar muito lento em direção à descarbonização da energia, o que representa muito mais uma diversificação das infra-estruturas privadas e públicas de fornecimento de energia do que uma transição propriamente dita”.

O projeto ecossocialista

Após expor de maneira breve a incorporação do legado de Marx e Engels pelo ecossocialismo e a crítica ao modo de produção capitalista e às pseudo-soluções que não incorporam uma negação radical à sua lógica, estamos em condições de expor a proposta ecossocialista de enfrentamento da crise ecológica, de desenvolvimento e de utopia concreta.

O'Connor (1998 *apud* LÖWY, 2005) entende o ecossocialismo como os movimentos e teorias que visam subordinar o valor de troca ao valor de uso, visando um socialismo ecológico de organização da produção com base nas reais necessidades sociais, nos limites ecológicos e no controle democrático. Löwy (2005; LÖWY, 2009) acrescenta a esta definição a necessidade da propriedade coletiva dos meios de produção e um planejamento democrático com vistas a reorganização dos objetivos da produção e de investimentos e uma nova estrutura tecnológica das forças produtivas.

O projeto ecossocialista, ao mostrar os limites e insuficiências das reformas parciais, apontam para a necessidade de uma *mudança de civilização*. Tal mudança implica ao menos nas seguintes transformações (cf. LÖWY, 2005; LÖWY, 2009):

- Contra o fetichismo da mercadoria e a autonomização da economia, a implantação de uma política econômica fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos. Implica em uma mudança qualitativa do desenvolvimento

⁴ “Os ecologistas se enganam se pensam que podem fazer a economia da crítica marxiana do capitalismo: uma ecologia que não se dá conta da relação entre ‘produtivismo’ e lógica do lucro está fadada ao fracasso — ou pior, à recuperação pelo sistema. Os exemplos abundam... A ausência de uma postura anticapitalista coerente levou a maior parte dos partidos verdes europeus — na França, Alemanha, Itália, Bélgica — a tornar-se simples partidários ‘ecoreformistas’ da gestão social-liberal do capitalismo pelos governos de centro-esquerda” (LÖWY, 2005, p. 46).

mediante o fim do desperdício de recursos, orientando a produção para satisfação de necessidades autênticas;⁵

- A substituição da microrracionalidade do lucro pela macrorracionalidade social e ecológica;
- Uma profunda reorientação tecnológica com o objetivo de substituir as atuais fontes de energia não-renováveis, pressupondo o controle dos meios de produção e das decisões de investimento tecnológico;
- Ao invés da redução do consumo da população, a reorganização do tipo de consumo, não mais pautado no desperdício, na acumulação e na alienação mercantil;
- Um planejamento democrático local, nacional e internacional capaz de definir os produtos que deverão ser subvencionados ou distribuídos gratuitamente, quais as opções energéticas a seguir, como reorganizar o sistema de transportes visando fins sociais e ecológicos e como reparar os danos já existentes ao meio ambiente;
- A construção, como resultado, de um modo de vida alternativo e, portanto, de uma nova civilização, não mais pautada no “ter” e sim no “ser”.

Outro ecosocialista, David Schwartzman, defende ainda que são essenciais para uma transição ecosocialista:

- 1) A global high efficiency solar energy infrastructure, replacing fossil fuels and nuclear energy; 2) Application of the containment and precautionary principles to environmental policyn (including industrial ecology, organic agriculture centered around and in green cities); 3) Progressive dematerialization of technology, global availability of state-of-the-art information technology; 4) Increase of human population density centered in green cities, elimination of sprawl leaving extensive biospheric reserves, managed to preserve biodiversity (SCHWARTZMAN, 2009, p. 5).

Esta perspectiva de transformação estrutural, no entanto, não prescinde de reformas imediatas, desde que estas sejam tomadas como momentos de dinamização de uma transição entre “mudanças mínimas e programa máximo” (LÖWY, 2005, p. 60). Dentre as demandas imediatas, Löwy (2005, p. 60) cita:

- a promoção de transportes públicos - trens, metrô, ônibus, bondes - baratos ou gratuitos como alternativas para o abafamento e a poluição das cidades e dos campos pelo carro individual e pelo sistema de transportes rodoviários;
- a luta contra o sistema da dívida e os “ajustes” ultraliberais impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países do Sul, com conseqüências sociais e ecológicas dramáticas: desemprego em massa, destruição das proteções sociais e das culturas de viveres, destruição dos recursos naturais’ para a exportação;
- defesa da saúde pública, contra a poluição do ar, da água (lençóis freáticos) ou dos alimentos pela avidez das grandes empresas capitalistas;

⁵ Isso implica, entre outras coisas, para Löwy, no fim da publicidade: “Trata-se de um ramo de produção que não é somente inútil do ponto de vista humano, mas que está também em contradição com as necessidades sociais reais. Enquanto a publicidade é uma dimensão indispensável em uma economia de mercado capitalista, ela não teria espaço numa sociedade em transição para o socialismo. Seria substituída por informações sobre os produtos e serviços fornecidos pelas associações de consumidores. O critério, para distinguir uma necessidade autêntica de uma necessidade artificial, seria sua permanência depois da supressão da publicidade” (LÖWY, 2009, p. 47).

- a redução do tempo de trabalho como resposta ao desemprego e como visão da sociedade que privilegia o tempo livre em relação à acumulação de bens.

Löwy (2005; LÖWY, 2009) salienta ainda a necessidade de ações imediatas no sentido de limitar drasticamente as emissões dos gases estufas, de uma moratória geral sobre os transgênicos, de interditar os clorofluorcarbonetos, a regulamentação estrita da pesca industrial, taxaço sobre os automóveis poluentes e privilegiar os transportes públicos em relação aos individuais.

Do mesmo ponto de partida ecossocialista, porém com uma visão diversa - que denota a diversidade de posições no interior não somente da tradição marxista, como já vimos em relação à Mészáros, mas no âmbito do próprio ecossocialismo -, a partir da centralidade dada a perspectiva da totalidade, Barreto (2021, p. 219) questiona a ideia de avanço incremental de reformas constante em Lowy. Segundo o autor,

[...] as restrições liberam capital, que não pode, dada sua própria natureza, acomodar-se na imobilidade. Aquele capital liberado em um ponto do sistema precisa encontrar outro espaço de atuação para realizar o seu movimento expansivo. Do ponto de vista da totalidade, há apenas a redistribuição do capital em sua dinâmica expansiva. Do ponto de vista da materialidade, não há absolutamente nada que garanta que a redução de impacto efetivada em âmbito local se traduza em redução de impacto geral.

Para Barreto (2021, p. 228), ao contrário de Lowy, o metabolismo do capital “é incompatível não apenas com uma ideia genérica de sustentabilidade ecológica de longo prazo, mas também com qualquer noção de curto prazo e pouco ambiciosa de alívio ou desaceleração de nosso impacto desestabilizador sobre o clima do planeta”. Esta concepção aproxima-se da concepção teórica de Mészáros. Segundo este, a racionalidade expansionista intrínseca e necessária do capital está em contradição com qualquer ponderação, mesmo as mais elementares, de controle racional dos recursos humanos e materiais globais. Isso implica na completa ineficácia da limitação local ou pontual do sistema (MÉSZÁROS, 2011, p. 258-9).⁶

Retornando a Lowy (2005), este processo de mudanças e transformações implica em uma ética radicalmente diferente da ética sustentada pelo atual sistema ou pela não-ética da objetividade da lógica do mercado. Em confronto com a ética dos comportamentos individuais, o ecossocialismo defende uma ética: *social*, voltada para mudanças das estruturas econômicas e sociais com base em movimentos e organizações coletivas; *igualitária*, que vai de encontro com a lógica necessária de manutenção e aprofundamento das desigualdades entre os países centrais e os do sul; *democrática*, que defende a democratização da economia e o controle democrático da produção; *radical*, que se proponha a ir na raiz dos problemas, propondo transformações revolucionárias, mudança de paradigma e um novo modelo civilizatório; e, por fim, *responsável*, tanto com as gerações futuras como com a nossa própria geração, que deve estar aliado ao princípio de uma esperança utópica.

Por fim, importante registrar ainda a preocupação ecossocialista com a convergência de protestos e lutas, com destaque a luta indígena e camponesa, que há muito tempo denunciam o desastre ambiental e constroem resistência. Existe uma busca pela convergência com as diferentes lutas sociais, bem como entre diferentes correntes ecológicas com projetos anti-capitalistas,

⁶ “[...] a necessidade inevitável de assegurar a administração sustentável das condições de controle sociometabólico e da produção no contexto global adequado se revela como algo irremediavelmente além do alcance do capital, não importa até onde e quão perigosamente se extralimite o sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 259).

podendo ir, então, desde a ecologia dos pobres de que fala Alier (2011) até, com ressalvas⁷, correntes como o decrescimento, da qual trataremos a seguir.

O decrescimento

O decrescimento, tal como apresentado por Latouche⁸ (2009), é um movimento que vai da crítica do “desgoverno do motor do progresso” (LATOUCHE, 2009, p. XIV⁹) – alga verde que progressivamente sufoca toda a sociedade – à proposta de uma utopia concreta do decrescimento – como a sabedoria do caracol que sabe dos limites do seu crescimento –, indo de um a outro e deste àquele. Segundo defende, o decrescimento é “um slogan político com implicações teóricas” (LATOUCHE, 2009, p. 4), que tem como objetivo central a crítica e o abandono da meta do crescimento ilimitado – que tem como motor a busca desenfreada pelo lucro. Frisa-se que o decrescimento não é uma proposta de reforma do sistema, mas da fundação de uma sociedade assentada em uma nova lógica.

Além de uma perspectiva pós-capitalista como no ecosocialismo, de uma nova lógica (uma nova civilização em Löwy) – apesar, como veremos, de diferenças entre as duas utopias concretas –, o decrescimento de Latouche tem em comum uma crítica a concepção de desenvolvimento sustentável. Em síntese, segundo o autor, o desenvolvimento sustentável é uma forma de manter os rumos do desenvolvimento vigente, conservando a lógica do lucro e dos atuais hábitos. Questiona-se, no desenvolvimento sustentável, apenas aspectos marginais do sistema, enquanto a sua lógica permanece intocada. Conforme afirma, “denunciar o ‘frenesi das atividades humanas’ ou o desgoverno do motor do progresso não supre a ausência de análise da megamáquina tecnoeconômica capitalista e mercantil” (LATOUCHE, 2009, p. XIV).¹⁰

Na mesma linha crítica às visões ingênuas, Latouche (2009) volta-se contra as soluções mecanicistas do controle demográfico, tanto a pessimista que afirma o fim da humanidade em caso de manutenção do ritmo de crescimento populacional, propondo soluções conservadoras de controle da natalidade, como a otimista, que enfoca na proeminência do desenvolvimento das forças produtivas em relação ao aumento populacional. Em contraponto, Latouche questiona o isolamento da questão do seu problema fundamental, qual seja, a lógica do próprio sistema

⁷“Alguns ecologistas estimam que a única alternativa ao produtivismo é parar o crescimento em seu conjunto, ou substituí-lo por um crescimento negativo – chamado na França de ‘decrescimento’. Para fazer isso, é necessário reduzir drasticamente o nível excessivo de consumo da população e renunciar às casas individuais, ao aquecimento central e às máquinas de lavar, entre outros, para reduzir o consumo de energia pela metade. Como essas medidas de austeridade draconiana e outras semelhantes correm o risco de ser muito impopulares, alguns advogados do decrescimento jogam com a idéia de um tipo de ‘ditadura ecológica’” (LÖWY, 2009, p. 45). Na opinião de Löwy, esta é uma concepção puramente quantitativa do crescimento e do desenvolvimento das forças produtivas.

⁸O decrescimento não é um movimento homogêneo, sendo assim, Latouche não representa senão uma das suas frações. Segundo Flipo (2012), a fração culturalista, com origem na antropologia e proveniente do marxismo, daí, inclusive, a importância do seu debate ao lado do ecosocialismo.

⁹Seguimos a numeração tal como na edição que estamos utilizando, que se inicia em algarismos romanos e a partir do primeiro capítulo a contagem se inicia (desde a página 1) em algarismos arábicos.

¹⁰“Dizer que um crescimento infinito é incompatível com um mundo finito e que tanto nossas produções como nossos consumos não podem ultrapassar as capacidades de regeneração da biosfera são evidências facilmente compartilháveis. Em compensação, são muito menos bem-aceitas as consequências incontestáveis de que essas mesmas produções e esses mesmos consumos devem ser reduzidos (em certa de dois terços no caso da França), e que a lógica do crescimento sistemático e irrestrito (cujo núcleo é a compulsão e a adição ao crescimento do capital financeiro) deve portanto ser questionada, bem como nosso modo de vida. Quanto à designação dos principais responsáveis, ela parece francamente blasfematória” (LATOUCHE, 2009, p. XIV).

econômico. Citando Frans de Waal, defende que a questão não é propriamente a da administração do superpovoamento, mas- da divisão igualitária dos recursos.

A mesma crítica, em ambos os casos, encontramos, por exemplo, no já citado Mészáros (2011, p. 251). Em relação ao crescimento populacional, afirma que os “defensores de soluções neomalthusianas” não compreendem que “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”, não se tratando de um problema de ordem psicológica individual. Quanto às perspectivas otimistas atribuídas às forças produtivas, Mészáros (2011, p. 254) considera ilusão qualquer pretensão de solução dos problemas atuais pela ciência e pela tecnologia, dado que o “terreno da ciência e da tecnologia *viável*” está “rigorosamente subordinado às exigências absolutas da expansão e da acumulação do capital.

Se não do desenvolvimento sustentável, de onde provém o decrescimento? Duas são as suas fontes, explica Latouche (2009): da crítica culturalista da economia por um lado, com André Gorz, François Partant, Jacques Ellul, Bernard Charbonneau, Cornelius Castoriadis e Ivan Illich, desde os fins de 1960, questionando o progresso, a ciência e a técnica; e da crítica ecologista da economia por outro, com Serguei Podolinsky no século XIX e Nicholas Georgescu-Roegen e Kenneth Boulding já no final dos anos 1970. Vemos, assim, similitudes entre as fontes do decrescimento e do ecossocialismo.

Ao contrário do decrescimento citado criticamente por Löwy, aquele proposto por Latouche não é de crescimento negativo, nem o que visa somente mudanças quantitativas, ao contrário, exige uma mudança qualitativa radical: uma sociedade de decrescimento, um decrescimento em um sistema baseado em outra lógica (LATOUCHE, 2009). E, assim como no ecossocialismo, o decrescimento entende que a “alternativa para o produtivismo se coloca em todos os níveis: individual, local, regional, nacional e mundial” (LATOUCHE, 2009, p. 96).

A necessidade de uma utopia concreta que coloca em pauta uma nova lógica de sociedade se assenta na concepção de que o sistema atual está condenado ao crescimento, pois está organizado com base na acumulação ilimitada. Latouche analisa o que considera ser os “três ingredientes necessários para que a sociedade de consumo possa prosseguir na sua ronda diabólica” (LATOUCHE, 2009, p. 17), quais seja, a publicidade, o crédito (ou o lucro) e a obsolescência programada e acelerada - fatores igualmente citados por Löwy, como vimos (com exceção do último, mas que comparece em outros textos).

Esta utopia concreta, baseada numa análise realista da realidade, visa uma revolução cultural que deve culminar numa refundação do político. É um projeto político de construção e sociedade conviviais autônomas e econômicas. O projeto de transformação da lógica social para construção de uma sociedade do decrescimento, segundo Latouche (2009), está planejada na articulação sistemática de oito mudanças interdependentes, denominadas de “circulo virtuoso’ de oito ‘erres” (LATOUCHE, 2009, p. 42). São elas:

- Reavaliar os valores sociais. A prevalência do altruísmo, da cooperação, do prazer pelo lazer, da importância da vida social, do local, da autonomia, pelo sentido, pelo relacional, pela inserção harmoniosa com a natureza e etc., tudo isso, evidentemente, vai de encontro aos valores predominantes na sociedade atual.
- Reconceituar o modo como apreendemos a realidade, destruindo o imaginário econômico da criação artificial da necessidade, da conceituação de riqueza e pobre e, assim, refundar e transformar o nosso imaginário;

- Reestruturar o aparelho produtivo e as relações sociais em função dos novos valores sociais propostos;
- Redistribuir as riquezas e o acesso ao patrimônio natural, suprimindo as desigualdades nessa questão entre Norte e Sul, classes, gerações e indivíduos;
- Relocalizar, ou seja, “produzir localmente, no que for essencial, os produtos destinados à satisfação das necessidades da população, em empresas locais financiadas pela poupança coletada localmente”. E ainda, recuperar a ancoragem territorial da política e da cultura (LATOUCHE, 2009, p. 49);
- Reduzir: o impacto sobre a biosfera, os riscos sanitários, o turismo de massa e o tempo de trabalho;
- Reutilizar/reciclar, a necessidade da redução do desperdício, do combate à obsolescência programada e da reciclagem dos resíduos.

O decrescimento (ao menos o proposto por Latouche), como dito anteriormente, têm em comum com o ecosocialismo a busca de *uma* utopia concreta que, no entanto, possui diferenças tanto no fim como nos meios. Ambos exigem uma transformação na cultura, nas estruturas jurídicas, nas relações de produção e nas forças produtivas. No entanto, o decrescimento assume uma perspectiva revolucionária de forte influência de teóricos como Cornelius Castoriadis e André Gorz, de uma via pacifista da revolução, que não é do todo antagônica com propostas ecosocialistas, mas possui uma especificidade que marca suas diferenças, que tem como fundo a própria base não propriamente marxista do decrescimento: a consideração de que houve um esgotamento da luta de classes, dado o triunfo do capital e de que os “vencidos desse enfrentamento plurissecular, embora mais numerosos do que nunca, estão no entanto divididos, desestruturados, desculturados, e não constituem (ou já não constituem) uma classe revolucionária” (LATOUCHE, 2009, p. 90-1). Por outro lado, a partir da consideração de que a civilização capitalista caminha inexoravelmente para sua ruína, já não há a necessidade de uma classe revolucionária para derrubá-lo e a revolução passa a ser necessária devido a não garantia de que com a derrocada do capitalismo emergirá a sociedade que desejamos, daí a importância da transformação cultural, das estruturas jurídicas e nas relações de produção, agregando radicalismo com política reformista (LATOUCHE, 2009).

Para introduzir ainda outro elemento para pensar a questão do papel da classe trabalhadora, tanto em relação aos meios propostos pelo decrescimento como pelo ecosocialismo, Barreto (2021, p. 228), em crítica ao voluntarismo ecológico que por vezes sobressai em alguns textos ecosocialistas, defende que

Se tudo leva a crer que entramos em um “período de consequências” climáticas, a tarefa prioritária é conhecer, tanto quanto possível, as direções prováveis dessas consequências e, portanto, as finalidades que continuam sendo realizáveis. Em seguida, delimitar rigorosamente o “espaço de ação das alternativas concretas”, contemplando de maneira franca quais dessas ações podem de fato se constituir como meios adequados para a realização da finalidade. A postura mais estéril, me parece, consiste em defender e proteger *a priori* um certo tipo determinado de atuação, por mais tradicional, consagrado ou bem-sucedido que tenha sido historicamente.

Apesar disso, a diferença de percepção entre o decrescimento e o ecosocialismo dos meios de superação do capitalismo são mais marcantes do que os fins, em especial por uma abertura maior por parte do decrescimento quanto aos meios possíveis para concretização de uma nova sociedade. Conforme afirma Latouche (2009, p. 108),

O que falta não são nem perspectivas nem soluções, mas condições de sua implementação. É possível imaginar vários cenários de transição suave, com medidas muito progressistas das reduções necessárias. O importante é a mudança radical de rumo. Portanto, importa criar as condições para tal mudança. A elaboração profunda do projeto visa precisamente favorecer essas condições

Mesmo com a diferença de percepção acima exposta, que de fato é significativa, o programa do decrescimento, como podemos verificar a seguir, não é incompatível com as ações imediatas propostas pelo ecossocialismo. Latouche (2009, p. 97-100) cita os seguintes aspectos do programa de transição do decrescimento:

- “Resgatar uma pegada ecológica igual ou inferior a um planeta”;
- “Integrar nos custos de transporte os danos gerados por essa atividade, por meio de ecotaxas apropriadas”
- “Relocalizar as atividades. Sobretudo questionando o volume considerável de deslocamentos de homens e de mercadorias no planeta”;
- “Restaurar a agricultura camponesa, ou seja, estimular a produção mais local, sazonal, natural, tradicional possível”;
- “Transformar os ganhos de produtividade em redução do tempo de trabalho e em criação de empregos, enquanto persistir o desemprego”;
- “Impulsionar a ‘produção’ de bens relacionais, como a amizade ou o conhecimento”;
- “Reduzir o desperdício de energia por um fator 4”;
- “Taxar pesadamente as despesas com publicidade”;
- e “Decretar uma moratória sobre a inovação tecno-científica”.

Na verdade, o que observamos são confluências fundamentais entre o decrescimento e o ecossocialismo, tanto do ponto de vista teórico como prático-político. Este último foi brevemente apresentado anteriormente, quanto ao primeiro, a importância fundamental de Marx e Engels na crítica ao capitalismo e os seus limites produtivistas são igualmente apontados por Latouche (2009, p. 127), inclusive a apropriação pelas experiências socialistas:

Se não insistimos na crítica específica do capitalismo é porque nos parece inútil chover no molhado. No essencial, essa crítica foi feita e bem feita por Karl Marx. Contudo, não basta questionar o capitalismo, também é preciso pôr em questão toda a sociedade de crescimento. E nisso Marx se equivoca. Questionar a sociedade de crescimento implica questionar o capitalismo, mas o inverso não é necessariamente verdadeiro. Capitalismo mais ou menos liberal e socialismo produtivista são duas variantes de um mesmo projeto de sociedade de crescimento, baseado no desenvolvimento das forças produtivas que supostamente favoreceria a marcha da humanidade rumo ao progresso.

Apesar da ênfase na crítica da modernidade, que assume particularidade importantes na teoria do decrescimento, da qual não podemos desenvolver aqui, a crítica ao que os ecossocialistas apontaram como uma visão pouco crítica de Marx e Engels em relação ao desenvolvimento as forças produtivas, de uma neutralidade desta, é igualmente identificada por Latouche (2009, p. 128), bem como ao marxismo que não considera a questão ecológica - limitação apontada igualmente por Löwy, conforme vimos.

Por não integrar as exigências ecológicas, a crítica marxista da modernidade sofre de uma terrível ambiguidade. A economia capitalista é criticada e denunciada, mas o crescimento das forças que ela desencadeia é qualificado de

“produtivo” (quando elas são, no mínimo, igualmente destrutivas). Afinal de contas, do ponto de vista do trio produção/emprego/consumo, a esse crescimento são creditados todos os benefícios ou quase todos, ainda que, do ponto de vista da acumulação do capital, ele seja julgado responsável por todas as pragas: a proletarianização dos trabalhadores, sua exploração, sua pauperização, sem falar do imperialismo, das guerras, das crises (incluindo, é claro, as ecológicas) etc. A mudança das relações de produção (em que consiste a revolução necessária e desejada) fica assim reduzida a uma alteração mais ou menos violenta do status dos que têm direito na divisão dos frutos do crescimento. A partir daí, pode-se discutir interminável sobre seu conteúdo, mas sem questionar seu princípio.

Finalizamos esta discussão com o projeto do decrescimento - buscando indicar contatos com o ecosocialismo - com as palavras do próprio Latouche (2009, p. 130-1) em relação ao ecosocialismo; “O decrescimento pode ser considerado um ‘ecosocialismo’”, afirma, “sobretudo se por socialismo se entender, com Gorz, ‘a resposta positiva à desintegração dos laços sociais sob efeito das relações mercantis e da concorrência, características do capitalismo’”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das diferenças existentes, tanto o decrescimento como o ecosocialismo se colocam frontalmente contra o sistema atual. Como resultado, vão de encontro com outras teorias ecológicas e do desenvolvimento, algumas muito em voga como o desenvolvimento como liberdade, o ecodesenvolvimento, ou mesmo o desenvolvimento sustentável, das quais questionam os caminhos do sistema, mas não a sua estrutura e dinâmica fundamentais, ou seja, a sua lógica.

É necessário ter sempre presente que no interior do sistema sociometabólico do capital “Qualquer tentativa de tratar dos problemas relutantemente admitidos deve ser empreendida sob o peso proibitivo de leis fundamentais e antagonismos estruturais do sistema”, como explica Mészáros (2011, p. 223), daí o necessário fracasso das medidas corretivas dos organismos internacionais que citamos no início e daquelas teorias que a elas se alinham. Estas teorias falham em suas bases ao não apreenderem que “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites” (MÉSZÁROS, 2011, p. 251) e que “a necessidade inevitável de assegurar a administração sustentável das condições de controle sociometabólico e da produção no contexto global adequado se revela como algo irremediavelmente além do alcance do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 259).

Com base no que vimos em ambos os projetos, em relação às previsões dos cientistas esboçados na introdução é preciso considerar, como Löwy (2009), que existe uma tendência de variações cada vez maiores nas previsões - tais variações inclusive são comentadas no relatório citado. Como resultado, a “questão não é mais simplesmente sobre o planeta que deixaremos para nossos filhos e netos, e sim sobre o futuro da atual geração”. Como afirma muito caricatamente Latouche (2009, p. 12), estamos indo de cara contra o mundo, “a bordo de um bólido sem piloto, sem marcha a ré e sem freio, que vai se arrebentar contra os limites do planeta”. Por fim, a afirmação de Mészáros de “as pessoas preocupadas com o ambiente perderão a batalha pela racionalidade abrangente e restrição legítima da economia antes mesmo de ela começar, se sua meta não envolver a mudança radical dos parâmetros estruturais do próprio sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 263), permanece mais atual do que nunca.

REFERÊNCIAS

- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo, Contexto, 2011.
- ARTAXO, P. Uma nova era ecológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, São Paulo, v. 103, p. 13-24, 2014.
- BARRETO, E. Mudanças climáticas e a tarefa dos ecossocialistas: pelo abandono do voluntarismo geológico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 1 (71), p. 211-234, 2021.
- FERNANDES, S. Ecossocialismo a partir das margens. **Jacobin Brasil**. 2020.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. In: AGUIAR, R. (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.
- FLIPO, F. Introdução à história do conceito de decrescimento na França. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- FLIPO, F. . **Criatividade e dependência na civilização ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- GREENPEACE BRASIL. Pernambuco: abandono e crise climática. **Greenpeace**, 2 jun. 2022 . Recovered from: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/tragedia-em-pernambuco-abandono-e-crise-climatica/>. Consulted in 5 de jun. 2022.
- IPCC. **Climate Change 2021**. Edited by Masson-Delmotte et. al. Cambridge University Press: In Press. 2021.
- LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- LÖWY, M. From Marx to Ecosocialism. **Capitalism Nature Socialism**, v. 13, n. 1, p. 121-133, 2002.
- LÖWY, M.. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.
- LÖWY, M. Ecossocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, v. 28, p. 35-50, 2009.
- LÖWY, M.. Os piores cenários possíveis. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2 dez. 2009. Recovered from: <https://diplomatique.org.br/os-piores-cenarios-possiveis/>. Consulted in 5 jun. 2022.
- LÖWY, M.. **O que é ecossocialismo?** São Paulo: Cortez, 2019.
- LÖWY, M.; DIAS, M. Fontes e recursos do ecossocialismo. **Revista de Filosofia**, v. 2, n. 51, p. 405-408, 2019.
- LÖWY, M.; FERNANDES, S. Tempos de barbárie pedem ousadia. **Jacobin Brasil**, 2020.
- MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004

MONCAU, G. Entenda o que está causando as chuvas que deixaram o sul da Bahia embaixo d'água. São Paulo: **Brasil de Fato**, 28 dez. 2021. Recovered from: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/28/entenda-o-que-esta-causando-as-chuvas-que-deixaram-o-sul-da-bahia-embaixo-d-agua>. Consulted in 7 jun 2022.

O'CONNOR, J. La seconde contradiction du capitalisme: causes et conséquences. **Actual Marx**, 12, 30-40, 1992.

SAITO, K. **O ecosocialismo de Karl Marx**: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo, Boitempo, 2021.

SCHWARTZMAN, D. Ecosocialism or Ecocatastrophe? **Capitalism Nature Socialism**, v.20, n.1, p. 6-33, 2009.